

Crise prolongada pode marginalizar o País

ROBERTO PENTEADO

O Brasil caiu numa armadilha, estagnando-se o crescimento da renda per capita e não houve o ajuste econômico. A questão básica agora é como sair dessa crise e colocar a economia numa situação de estabilidade com crescimento da renda por habitante.

Para o economista e professor da FGV-SP, Yoshiaki Nakano, que falou no seminário "Banco Central 25 anos", existem tendências na economia mundial que poderão marginalizar não só o Brasil mas toda a América Latina. De início, os países desenvolvidos vivem um momento de expansão econômica contínua desde 1984, com grande aumento dos investimentos produtivos e inovações tecnológicas renovando todo o seu tecido industrial de maneira mais competitiva.

Esse fato tem ação sobre os países em desenvolvimento, reduzindo a demanda prevista por bens primários, tornando a qualificação da mão-de-obra um investimento estratégico e aumentando a competição entre os Estados. Essa é uma verdadeira guerra entre sistemas produtivos, entre sistemas educativos, de saúde e de ciência e tecnologia.

O reordenamento desses países desenvolvidos em grandes blocos traz certamente grandes vantagens para os que deles participam. Com o aumento da competição intra-blocos, o fluxo de capitais, serviços e tecnologia se dá

entre esses países centrais, podendo daí resultar uma marginalização do Brasil e dos países da América Latina, que ficariam à parte do progresso mundial.

No Brasil, a situação é grave, continua Nakano, pela superposição de diversas crises. Os choques externos, do petróleo e da dívida externa, tiveram um ajuste incompleto porque as exportações ainda dependem de subsídios e da compressão dos salários e o saldo comercial depende do controle das importações. Mais importante, não foi feita uma opção definitiva pelas exportações. Quando a economia se recupera, as exportações caem, indicando que o empresário brasileiro deve tomar a decisão de investir para exportar e não exportar apenas as sobras do mercado interno.

O dinamismo do processo de substituição de importações se esgotou nos anos 70 e, nos anos 80, não fomos capazes de conseguir uma nova fase de modernização, um novo motor. A terceira crise seria a da inflação bem conhecida de todos os brasileiros e a quarta, a crise do Estado, construído nos anos 30 e, hoje, inchado, ineficiente e incapaz de atender às necessidades básicas da população.

A mais grave crise é a social. Para Nakano, a modernização industrial do País não se completou com a distribuição de renda, isso leva a situações como a atual eleição presidencial, onde uma

FOTOS: ARQUIVO



Nakano e Galvêas acham que disciplina fiscal não haverá saída

população marginalizada tende naturalmente a eleger populistas, que prometem milagres. O que acontece, em seguida, é o fracasso, já que é impossível realizar milagres e um governo militar. Essa é a sina maldita da América Latina.

Para sair dessa armadilha será necessário atacar o conjunto de

problemas ao mesmo tempo, com medidas de curto e longo prazo. Fazer um plano de estabilização consistente, promovendo "um ajuste fiscal brutal" no Governo e instaurando uma rígida disciplina fiscal, com o cumprimento do orçamento; recriar as condições para que um Banco Central autônomo possa fazer uma polí-

tica monetária verdadeira, com promessa com a estabilidade da moeda nacional; promover um amplo acordo nacional destinado a romper a espiral inflacionária salários x preços x câmbio; reformar a política comercial criando um novo sistema de controles de preço na economia, o dos preços da concorrência internacional, desmontar o mecanismo de proteção à indústria nacional e marcar os anos 90 pela proteção ao consumidor brasileiro, que é hoje quem paga o pato.

Quanto aos grandes ajustes econômicos, o principal deles seria a renegociação da dívida externa, além da necessidade de criar um ambiente favorável à recuperação dos investimentos nacionais.

Grandes reformas de base também são necessárias, continua o economista. É preciso rever o papel, o tamanho e a estrutura do Estado, redefinindo funções e áreas de atuação; reformar a política comercial de controle rígido às importações e a política tarifária, indicando, pelas tarifas, o grau de modernidade de cada setor. Quanto mais baixas e mais livres, mais moderno ele seria.

A peça fundamental dessas reformas de base é a política de redistribuição de renda. Através dela, seria criado um grande dinamismo na economia que terá não um modelo semelhante ao asiático, mas diferente, graças ao

enorme potencial que representa o grande mercado interno brasileiro, caso o País, entre na era do consumo de massa.

Nakano dá algumas indicações sobre como formular esta política de redistribuição de renda. Em primeiro lugar, afirma, evitar o populismo. Depois, atuar simultaneamente do lado da oferta de bens e serviços, sincronizando as políticas agrícolas e industrial à política de rendas.

Aumento de salário nominal só vira aumento real se houver estabilidade de preços. Fundamentar os aumentos reais de salários apenas em aumentos da produtividade, reduzir o leque salarial dentro das empresas, elevando o piso e investir pesadamente em educação e na área social.

Sobre este tema, o economista Celso Martone, da Universidade de São Paulo, revelou que estudo recente de Eduardo Fonseca, indica que a festejada queda da fertilidade da população nacional sozinha não é suficiente para resolver o problema. É necessário, portanto, que o Governo promova políticas de controle demográfico, um tabu até hoje no Brasil. Por outro lado, o estudo também indica que 58 por cento das crianças brasileiras vivem hoje em estado de miséria, fato que pode fechar um círculo vicioso de pobreza, caso recursos não sejam concentrados para o atendimento aos filhos das famílias mais pobres.